

ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE OLINDA

ATA Nº 009/2024

Data: 19/12/2024

Local de realização ou virtual: OLINPREV localizado na Rua Coronel João Ribeiro, 930.

Membros Presentes:

- Gustavo Tenório Gonçalves Holanda
- Camila Pereira de Souza Freitas
- Marcela Saraiva de Vasconcelos

Membros Ausentes:

-

Convidados Presentes:

- Cláudia Maria Silva Tabosa (Diretora Presidente)
- Roberto Ferrei da Rocha (Vice-Diretor Presidente)

Presidente do Comitê de Investimentos: Gustavo Tenório Gonçalves Holanda

Abertura da reunião e explanação da posição da carteira de Investimentos do RPPS

Aos 19 (dezenove) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às 14:02h, foi realizada a nona reunião do Comitê de investimentos do ano de 2024 de forma presencial na sede do OLINPREV localizado na Rua Coronel João Ribeiro, 930.

Presentes à sessão se encontram: MARCELA SARAIVA DE VASCONCELOS, membro suplente do Comitê de Investimentos, CAMILA PEREIRA DE SOUZA FREITAS, membro titular do Comitê de Investimentos, GUSTAVO TENÓRIO GONÇALVES HOLANDA, membro titular do Comitê de Investimentos; como convidado a Consultoria NUI Empresarial.

Havendo quórum, o senhor Presidente do Comitê de Investimentos declarou abertos os trabalhos, agradecendo a presença dos participantes.

Iniciada a reunião, a NUI Consultoria Empresarial apresenta a minuta da Política de Investimentos 2025 com uma sugestão de percentuais para alocação conforme documento disponibilizado em reunião. Este documento apresenta a meta de retorno de IPCA + 5,19%, utilizando para o cálculo (meta) relatório FOCUS do BACEN de 25/11/2024, bem como parecer atuarial de nº 057 de 2024, que aborda a meta atuarial para o exercício de 2025, tendo o aceite do comitê.

Em análise a minuta da política de investimento, o Comitê sugeriu à consultoria NUI algumas alterações nos percentuais. Foram quatro sugestões de mudanças:

1. Mudança do Limite inferior de 30% para 25% do segmento de Títulos Públicos (Art 7 I "a") , considerando que já estamos com 30,07% dos recursos alocados e por algum motivo haja um fechamento de curva não sendo viável aportes futuros.
2. Mudança de 20,00% para 20,90% na estratégia Alvo do Segmento Fundos Renda fixa Geral Art 7 III "a" conforme justificativa de diminuição no Art. 8 I.
3. FIDC Sênior - Notamos que a NUI colocou como estratégia Alvo 0,00%, porém temos recursos aplicados devido a recuperação judicial do FIDC Dunas e este valor resultaria em alerta no CADPREV, portanto sugerimos que na estratégia alvo seja de 0,1% e para equilibrar os percentuais retirar 0,1% do Art. 7 III "a".



4. Fundos de Ação (Art 8 I) sugerimos a mudança na estratégia alvo de 3% para 2% e o percentual de 1% seja incluído no artigo 7 III "a"

Em resposta a Consultoria NUI fala que as alterações serão realizados e que não terão impactos relevantes nos resultados apresentados.

Demais disto a Política de Investimento 2025, abrange uma análise detalhada do cenário econômico internacional e interno. Esses cenários são cruciais para determinar a manutenção da política vigente ou eventuais ajustes futuros, caso ocorram mudanças significativas no contexto econômico.

Foram analisados todas as classes de ativos considerando os limites inferior, estratégia alvo e superior o Comitê de Investimentos chegou a um consenso em aprovar os percentuais de alocação para 2025 conforme a tabela abaixo:

Classe	Tipo de Ativo	Artigo/ Inciso	Limite Resolução	% atual	Limite Inferior	Alvo	Limite Superior
Renda Fixa	Títulos Públicos de Emissão do TN	7º I "a"	100,00%	30,07%	25,00%	40,00%	60,00%
Renda Fixa	FI 100% Títulos	7º I "b"	100,00%	32,02%	5,00%	27,00%	50,00%
Renda Fixa	ETF 100% Títulos Públicos	7º I "c"	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Renda Fixa	Operações Compromissadas	7º II	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
Renda Fixa	Fundos de Investimentos Renda Fixa - Geral	7º III "a"	60,00%	25,47%	00,00%	20,90%	35,00%
Renda Fixa	ETF - Renda fixa "Referenciado"	7º III "b"	60,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Renda Fixa	Ativos de Renda Fixa Emitidos por Instituições	7º IV	20,00%	11,00%	5,00%	10,00%	17,00%
Renda Fixa	Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC)	7º V "a"	5,00%	0,00%	0,01%	0,1%	0,50%
Renda Fixa	Fundos de Investimentos em Renda fixa - Crédito	7º V "b"	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,00%
Renda Fixa	Fundos de Debêntures de Infraestrutura	7º V "c"	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,00%
Renda Variável	Fundos de Investimentos em Ações	8º I	30,00%	1,44%	0,00%	2,00%	8,00%
Renda Variável	Fundos de Investimentos em Índices de Mercado	8º II	30,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
Investimentos no exterior	Fundos de Investimento em Renda Fixa - Dívida externa	9º I	10,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Investimentos no exterior	Fundos de Investimento - Investimento no Exterior	9º II	10,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Investimentos no exterior	Fundos de Investimento em Ações - BDR nível I	9º III	10,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%




Investimentos Estruturados	Fundos de Investimentos Multimercado (FIM)	10º I	10,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
Investimentos Estruturados	Fundos de Investimento em Participações (FIP)	10º II	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Investimentos Estruturados	Fundo de investimento em Ações - Mercado de acesso	10º III	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Fundos Imobiliários	Fundos Imobiliários	11º	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos Consignados	Empréstimos Consignados	12º	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Conforme o escopo da Política de Investimentos 2025, o percentual de atingimento da meta é de 118,15% e expectativa de retorno por tipo de ativo. Os membros do Comitê de Investimentos estão de acordo com os tipos de investimentos que constam na proposta apresentada pela assessoria.

Roberto Ferreira controle interno e vice-presidente indaga sobre o percentual do FIDC (7º V "a") que calculando ficou na verdade 0,0023%, sendo o limite inferior mínimo, 0,01%, não teria problema junto ao Tribunal de Contas? o representante da Nui consultoria informa que podemos colocar inclusive 0,00% de limite mínimo que o percentual real fica inclusive mais para a terceira casa decimal. A gente sugeriu 0,01% de limite mínimo porque é o decimal menor que tem de duas casas decimais inclusive.

A diminuição do percentual em renda variável inclusive sugerido pelo Comitê de Investimentos motivada para 2025 diante do cenário previsto a tendência é que tenhamos mais cautela na alocação de renda variável, aguardando uma oportunidade, Acresce, ainda que na Política de Investimentos 2024 foi proposto um percentual alvo de 4% em renda variável, mas diante do cenário econômico até o final de 2024, não foi permitido fazer a alocação da estratégia alvo. A assessoria NUI fez uma estimativa de retorno em renda variável, calculando a média de retorno dos ativos que compõe o Ibovespa nos últimos 10 (dez) anos anos como referência.

Quanto à metodologia da análise das Letras Financeira financeiras, é similar com os Títulos Públicos, porém devem pagar mais nos respectivos vértice do que títulos diante do risco, então, sempre para uma Letra financeira do mesmo vencimento, que um título público, ela vai ter que estar com um percentual maior de rentabilidade, no nosso modelo, a gente colocou 0,5% a mais como metodologia para realização de estimativa, para valer a pena comprar uma Letra Financeira em relação aos títulos Públicos.

Quanto aos os Títulos Públicos o percentual sugerido é de 40%, diante do cenário pode se aproveitar, vez que as taxas estão próximas de 7,00 %, em contra ponto a meta atuarial de 5,19%, então os 40% da carteira, com mais esses 10% de Letras Financeiras, compõe metade da carteira o que cria uma gordura para o restante dos ativos que têm mais risco.

O risco maior da Carteira do OLINPREV ficará mais com a parte dos 27% (art 7º I "b"), que pode ser alocado parte nos índices IMA , pois o segmento do artigo 7 III "a" vinculado ao CDI também bate meta no próximo ano pois a expectativa da SELIC ano que vem está em torno de 14%, a não ser que haja uma mudança drástica do cenário interno, mas o Banco Central já anunciou que tem um aumento de 1,00% consecutivos nas próximas reuniões, então os fundos vinculados a CDI, IRF-M1 tendem a aumentar o retorno.




Claudia Tabosa pergunta, com base no último relatório do Tribunal de Contas, se as questões apontadas em relação à Política de Investimentos foram devidamente corrigidas na versão atual de 2025.

Camila Freitas apresenta as considerações do tribunal de contas e se a justificativa da Nui está de acordo com a exigência feita em relatório de 2021 a 2024

A consultoria NUI informa que em termos de cálculo a Política de Investimentos já supre essa necessidade e que é sempre avaliado a melhor estratégia que busca o menor risco possível contanto que tenha uma carteira diversificada de forma que o OLINPREV consiga atingir a meta atuarial conforme o cenário base proposto.

Claudia Tabosa acrescenta que o Tribunal de Contas na última auditoria indagou como foi que o OLINPREV chegou nos percentuais propostos na Política de Investimentos e que ficasse mais evidenciado na Política de Investimentos 2025.

A Consultoria informa que não tem outra forma que não seja feita com base no que temos de expectativa para um ativo de acordo com a nossa planilha, olhar a rentabilidade que foi projetada e olhar o nível de certeza de acordo com o cenário, e escolher o nível de alocação que tenha a menor incerteza possível e que isso seja o suficiente para atingir a meta atuarial.

Gustavo Tenório questiona se a metodologia aplicada será incluída no documento final da Política de Investimentos, como forma de justificar os percentuais, considerando que o Tribunal de Contas continuará exigindo a explicação dos critérios utilizados.

A NUI informa que irá detalhar na Política de Investimentos o critério, mesmo sabendo que o Tribunal de Contas sempre buscará explicações adicionais e se o Tribunal pedir mais esclarecimentos o OLINPREV solicita mais explicações e se for necessário a NUI disponibiliza as planilhas que foram calculados esses percentuais e todos os números caso preciso deste nível de exigência.

Roberto Ferreira pergunta se o OLINPREV tem como atestar, ou assim, ter uma previsão do que vai acontecer se a gente, por exemplo, ao invés de ficar na estratégia alvo e ficar variando os percentuais entre o mínimo e o máximo. Por exemplo, se ao invés de chegarmos no alvo de Títulos Públicos ficarmos no mínimo, por exemplo, a gente tem que calcular isso também? Os percentuais ficarem variando não permanecendo de fato no alvo.

A explicação da Consultoria NUI é que isso gera uma árvore de cenários e se for contabilizar cada um desses cenários vai gerar um resultado. A diferença não vai ser tão relevante, porque em comparação com demais, principalmente na carteira de vocês, na fotografia da carteira de vocês, a comparação do retorno das NTN-Bs com o retorno do restante da alocação que está quase que na totalidade, no CDI, não é tanta. Há uma diferença pequena entre o que vai remunerar o título público e o que vai remunerar o CDI. Então, essa mudança aí, principalmente na parte de NTN-B, vai acabar que no final das contas a diferença vai ser muito pequena lá no final. Se vocês tivessem uma posição em ativos mais voláteis, por exemplo, aí sim a gente poderia ter uma diferença relevante.

Os estudos conduzidos pela NUI Consultoria Empresarial foram detalhadamente apresentados, visando estimar os retornos dos índices de mercado empregados na composição da carteira de investimentos para o ano de 2025. A metodologia adotada foi explicada, juntamente com os retornos projetados para os índices de renda fixa da série IMA da ANBIMA (como IRF-M, IRF-M1, IRF-M1+, IMA-B5, IMA-B e IMA-B5+), além dos indicadores de renda variável (IBOVESPA, IDIV, SMLL, IBX, IBX50, IGC), e de investimentos internacionais (Global BDRX, MSCI World, Russell 1000 Growth Price Index, S&P 500), bem como os indicadores imobiliários (IFIX). A metodologia para avaliar os títulos públicos e privados da carteira, marcados na curva, também foi discutida, assim como as projeções de retorno para empréstimos consignados, caso sejam efetivados em 2025. A montagem da carteira de investimentos considerou as expectativas de retorno e os riscos inerentes a cada segmento, resultando em uma expectativa de retorno real superior à meta estabelecida para o período. Esta estratégia foi embasada no parecer atuarial, que levou em conta a duração do passivo e o histórico



de superação da meta nos últimos cinco anos, em conformidade com as Portarias 1.467/2022 e 3.289/2023.

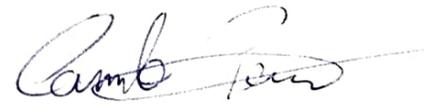
Sem mais pontos para discussão, deu-se por encerrada a reunião.

Temas tratados na reunião:

1. Aprovação da Política de Investimentos 2025

Responsável pela elaboração da ata: Gustavo Tenório Gonçalves Holanda

ASSINATURA DOS MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS PRESENTES

Gustavo Tenório Gonçalves Holanda	
Camila Pereira de Souza Freitas	
Marcela Saraiva de Vasconcelos	